Revista Ciência em Extensão



PRÁXIS EM PSICOLOGIA COMUNITÁRIA: FESTA DE SÃO JOÃO COMO ATIVIDADE COMUNITÁRIA

James Ferreira Moura Jr.¹
Antonio Alan Vieira Cardoso²
Denise Costa Rodrigues²
Rayssa Morais Vasconcelos²
Verônica Morais Ximenes³

RESUMO

O objetivo desse trabalho é analisar, a partir da Psicologia Comunitária, a organização de uma festa de São João em uma comunidade da Canafístula (Ceará) como uma atividade comunitária. Esse processo de facilitação ocorre por meio do desenvolvimento de atividades comunitárias que são ações coletivas permeadas por posturas dialógicas, democráticas e cooperativas desenvolvidas pelos moradores com fins comunitários e pessoais. Essas ações podem ser promotoras de processos de conscientização, de fortalecimento da identidade pessoal e comunitária e de maior integração entre os moradores. As ações foram desenvolvidas por um Projeto de Extensão universitária de um Núcleo de Ensino. Pesquisa e Extensão de uma Universidade Pública do Ceará em 2011 e contou com uma equipe de alunos da graduação e da pós-graduação, uma professora e um grupo de moradores da Canafístula. A atuação aconteceu em processo de cooperação entre os moradores da comunidade e os extensionistas, com reconhecimento tanto do saber acadêmico quanto do saber popular. O foco era o fortalecimento das práticas culturais locais, a partir da realização do festejo junino, através do qual promoveu-se a participação em ações coletivas, a formação de rede entre os diversos atores comunitários, o sentimento de pertença à comunidade e o fortalecimento da identidade dos envolvidos. O método utilizado foi o dialógico-vivencial, em que os facilitadores se propõem a experienciar profundamente a realidade em que se inserem, vinculando-se às pessoas e ao lugar, realizando também análises sobre o modo de vida comunitário e dialogando com os moradores. Conclui-se que o desenvolvimento do festejo junino pode ser abordado como uma atividade comunitária, pois sua organização e sua realização tiveram como bases o diálogo e a cooperação com o um objetivo coletivo. Foi igualmente permeado por processos de conscientização e de fortalecimento da identidade pessoal e comunitária, propiciando aos participantes o reconhecimento de si enquanto sujeitos de sua história e agentes de transformação da própria realidade. Uma das consequências desse processo foi a criação de um grupo de jovens com o objetivo de refletir sobre a comunidade e seu desenvolvimento.

¹ Doutorando em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. E-mail: iamesferreirair@gmail.com.

² Acadêmico do curso de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.

³ Doutora em Psicologia, Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.



Revista Ciência em Extensão



Palavras-chave: Atividade comunitária. Psicologia comunitária. Extensão. Comunidade rural.

PRAXIS IN COMMUNITY PSYCHOLOGY: SÃO JOÃO FESTIVAL AS COMMUNITY ACTIVITY

ABSTRACT

The main purpose of this article is to analyze the organization of São João festival in Canafístula (Ceará) as a communitarian activity from the theory of Community Psychology. This process happens by developing community activities which are group actions based on dialogic, democratic and cooperative attitudes towards communitarian and personal purposes. These actions can promote awareness process, empowerment of personal identity and community identity and local level cooperating. All the work was built in a community center research and development project at a Public University in Ceará in 2011. The team was under graduate and graduate students, a psychology doctor and Canafístula's residents. The actions took place on a cooperation process between the students and the householders appreciated and recognized by popular and scientific knowledge. The focus of the project was the cultural action empowerment as the achievement of São João Festival, when the neighborhood's corporate actions created a network between them and reinforced the sense of community and their particular identities. The method used was the dialogical-experimental in which researchers deeply experience the native situation linked to residents and places while making scientific analyzes about the way-of-living of the community. We can conclude that the accomplishment of the festival can be considered as a community activity, because its planning and managing had as basic principles the dialog and the cooperation as a common objective. The festival development had awareness processes, empowerment of individual and community identity making them to understand and change their reality. A local group of young adults was created with the purpose of reflecting about their community and development as an outcome of this project.

Keywords: Community activity. Community psychology. Extension. Countryside community.

PRAXIS EN PSICOLOGÍA COMUNITARIA: FIESTA DE SÃO JOÃO COMO ACTIVIDAD COMUNITARIA

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es analizar, desde la Psicología Comunitaria, la organización de una fiesta de San Juan en una comunidad de Cañafístula (Ceará), como una actividad comunitaria. Este proceso de simplificación se produce a través del desarrollo de las actividades comunitarias que están impregnadas por posturas de acción colectiva







dialógicas, democráticas y de cooperación, desarrolladas por los integrantes de la comunidad y con fines personales. Estas acciones pueden promover procesos de sensibilización, fortalecimiento de la identidad personal y comunitaria y de una mayor integración entre los residentes. Las acciones fueron desarrolladas por un proyecto de extensión universitaria del Centro de Enseñanza, Extensión e Investigación en una Universidad Pública de Ceará en 2011 y tenía un equipo de estudiantes graduados y postgrado, un profesor y un grupo de residentes de Cañafístula. La acción ocurrió en el proceso de cooperación entre los residentes de la comunidad y la extensión, con el reconocimiento tanto de los conocimientos académicos y saberes populares. El objetivo fue el fortalecimiento de las prácticas culturales locales, a partir de la fiesta de San Juan, a través de la cual fue promovida la participación en la acción colectiva, la formación de redes entre los diversos actores de la comunidad, el sentido de pertenencia a la comunidad y el fortalecimiento de la identidad de los involucrados. El método utilizado fue el dialógico-existencial en el que los facilitadores se proponen a experimentar a fondo la realidad en la que operan, vinculándose a las personas y al lugar, también realizan análisis sobre el modo de vida comunitario dialogando con los residentes. Se concluye que el desarrollo de la fiesta puede ser abordado como una actividad comunitaria, ya que su organización y realización es producto del diálogo y la cooperación con las bases de una meta colectiva. A la vez impregnado por los procesos de sensibilización y fortalecimiento de la identidad personal y comunitaria, permitiendo a los participantes reconocerse como sujetos de su historia y agentes de cambio de su propia realidad. Una consecuencia de este proceso fue la creación de un grupo de jóvenes con el fin de reflexionar sobre la comunidad y su desarrollo.

Palabras clave: Actividad comunitaria. Psicología comunitaria. Extensión. Comunidad rural.

INTRODUÇÃO

A população pobre na América Latina, onde se inclui o Brasil, vive em condições de opressão, segundo <u>Guzzo (2010)</u>, inseridos em um panorama psicossocial de violência e de sofrimento nos âmbitos individuais e coletivos. <u>Martín Baró (1998)</u> concebe que essa realidade está constituída de correntes ideológicas e estruturas sociais opressoras, situando o povo em posições de conformismo, incapacidade e inferioridade e enfraquecendo as potencialidades desses indivíduos.

Essas características do povo latino-americano são desenvolvidas a partir da manutenção da pobreza, constituindo, segundo Moura Jr. e Ximenes (2012), formas específicas de estruturação do psiquismo com fins de manutenção de relações desiguais e do obscurecimento das capacidades de enfrentamento desses indivíduos. Assim, o processo de libertação atua como estratégia de transformação dessa estrutura opressora, sendo promovido a partir do desenvolvimento de atividades comunitárias pelos moradores das comunidades pobres. Segundo Guareschi (2009), a ética da Libertação é embasada por práticas concretas voltadas para/com/entre as pessoas inseridas em situação de



Revista Ciência em Extensão



opressão a partir do fomento da criticidade, da consciência da historicidade da sociedade, da dialética e da práxis como relação entre individual e social. Essas ações podem ser efetivadas pelos próprios moradores, como também, facilitadas, segundo Montero (2006), por meio da inserção dos agentes externos nas comunidades, construindo vínculos e parcerias com os agentes internos, moradores da comunidade.

Assim, a atuação em Psicologia Comunitária (XIMENES; GÓIS, 2010) está baseada pela ética da libertação, em que se constrói uma atuação comprometida com a transformação da realidade das maiorias populares latino americanas oprimidas. Essa transformação pode ocorrer a partir do desenvolvimento de atividades comunitárias nas quais, segundo Góis (2005), são realizadas ações com caráter participativo, coletivo, cooperativo, dialógico e voltadas para o desenvolvimento comunitário, ou seja, para a melhoria das condições de vida dos moradores da comunidade. A atividade comunitária é um tipo específico de atividade humana que se caracteriza por se dar em determinado contexto cultural, sendo composta por uma dimensão instrumental e outra comunicativa. Destina-se a atender demandas da coletividade, bem como responder às motivações pessoais de seus participantes, contribuindo para a construção de uma vida comunitária.

Contribuindo para o desenvolvimento de atividades comunitárias, <u>Martín Baró</u> (1998) afirma que a compreensão da história de um povo é um dos meios para a transformação da realidade a partir da emergência de uma identidade cultural coletiva. Dessa maneira, o objetivo desse trabalho é analisar, a partir da Psicologia Comunitária, a organização de uma festa de São João em uma comunidade da Canafístula (Ceará) como uma atividade comunitária. Essa ação foi desenvolvida por um Projeto de Extensão vinculado a um Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Psicologia Comunitária de uma Instituição de Ensino Superior Pública. Nesse Projeto de Extensão, participaram três estudantes da Graduação em Psicologia, um estudante de Mestrado em Psicologia e uma professora em colaboração com os moradores dessa comunidade.

Psicologia comunitária e seu método de atuação

A Psicologia Comunitária (GÓIS, 2005) surge a partir de práticas transformadoras, voltadas para a construção de uma Psicologia Social da Libertação, comprometida com os problemas da realidade na qual se insere. É marcada desde seu surgimento pela busca de modelos teóricos e metodológicos baseados na participação popular, integrando agentes internos e externos na transformação da sociedade e na construção de uma ciência implicada com a mudança social. Segundo esse autor, a Psicologia Comunitária estuda o modo de vida comunitário, especificamente os significados, os sentidos e os sentimentos pessoais e coletivos da comunidade, buscando compreender como estes atuam na estruturação da consciência dos sujeitos comunitários e como são ressignificados nas suas atividades cotidianas.

A partir da compreensão das condições psicossociais do modo de vida da comunidade, a atuação em Psicologia Comunitária contribui na construção do sujeito comunitário. Este é o morador que reconhece o próprio potencial de agente de transformação da sua realidade por meio da reflexão sobre as condições históricas que







marcam a estruturação da comunidade e do modo de vida de que participa. Como afirma Montero (2004), na Psicologia Comunitária, os fenômenos psicossociais produzidos na comunidade são analisados a partir do contexto sociocultural em que surgem. Igualmente, há a produção de intervenções na realidade orientadas para uma mudança social por meio do fortalecimento da comunidade como detentora de poder e controle sobre os processos que a afetam. A comunidade é concebida como dinâmica e composta por sujeitos construtores da realidade.

A Psicologia Comunitária, segundo Montero (2006), tem seu método baseado na construção de um diálogo profícuo entre agente externo e interno. Tem caráter democrático, participativo, compromissado com as necessidades do povo marginalizado, sendo sistemático, rigoroso, ético e político. As intervenções fundamentam-se em métodos participativos e dialógicos, que se propõem a integrar os diversos atores sociais na proposição de metas e estratégias coletivas para a resolução das necessidades da comunidade. A metodologia utilizada se caracteriza também por estar em um processo de (re)construção constante a partir do caráter reflexivo da atuação.

Martín Baró (1998) evidencia que há a necessidade de uma ordem epistemológica, conceitual e prática na construção de conhecimento voltado para a população oprimida. Práxis, em Psicologia Comunitária, então, centra-se na produção de sujeitos comunitários, ativos no processo de construção de sua realidade e conscientes das amarras socioculturais que impedem sua afirmação enquanto sujeitos de transformação. Busca

constituir e fortalecer práticas voltadas ao trabalho coletivo com o propósito de coconstrução de atores sociais que sejam cada vez mais capazes não só de criar conexões sobre os cotidianos em que se inserem, como também de erigir múltiplas possibilidades de vida (XIMENES, BARROS, 2009, p. 67).

Para tanto, a atuação em Psicologia Comunitária, de acordo com Montero (2006), busca a problematização de saberes e práticas sociais arraigados na vida comunitária, a fim de desnaturalizar realidades e atividades construídas num contexto de opressão e resignação. Lane (1984), então, torna urgente a constante problematização da realidade social, pois há uma estrutura macrossocial opressora mantendo a realidade desigual. Sawaia (2007), utilizando as considerações de Lane, enfatiza a criatividade e a capacidade libertária da significação como via para construção de novas formas de vida, funcionando como contraponto à manutenção do status quo. Além disso, as problematizações recaem também sobre o que-hacer do psicólogo comunitário, do qual se espera mais que um compromisso social: exige-se uma postura facilitadora de processos de conscientização que desemboquem na transformação positiva da realidade.

Ainda que em condições coletivas, segundo <u>Freire (1987)</u>, a conscientização se dá individualmente, ou seja, o sujeito realiza seu trânsito de consciência por meio de suas ações sobre o mundo e suas leituras do mesmo. O processo de conscientização não deve ser compreendido como algo que possa ser feito por outrem, por ter em sua base a ação coletiva e a transformação social <u>(ANSARA; DANTAS, 2010)</u>. Portanto não é suficiente imputar percepções aos agentes internos (moradores), mas antes proporcionar espaços favoráveis para o pensamento crítico e a transformação positiva da realidade. De acordo







com <u>Vieira (2008)</u>, trata-se de uma operação em que o indivíduo torna-se participante do mundo, envolvendo-se também afetivamente.

Estimular o trânsito de consciência [...] não significa mostrar a boa forma de apreender o mundo, senão criar condições para que os sentidos do sujeito se imiscuam com os significados da coletividade e, a partir de então, seja cada vez mais próprio dos que os produzem. (VIEIRA, 2008, p. 40)

Assim, adquirem importância "as situações de interação social, concebidas como espaços simbólicos geradores de conhecimentos, de apropriação de significados, de composição de sentidos e subjetividades" (XIMENES, BARROS, 2009, p. 68). Trata-se de uma práxis que privilegia ações facilitadoras de trânsito de consciência (FREIRE, 1980), ou aprofundamento de consciência, em um movimento em que estabelece maior número de relações entre os dados da realidade, desnaturalizando-a e compreendendo sua construção para transformá-la positivamente.

Esse princípio fundamenta o aspecto metodológico da Psicologia Comunitária que busca facilitar processos grupais na comunidade a partir da dialogicidade, cooperação, democracia e dos vínculos afetivos. Segundo <u>Góis (2008)</u>, o grupo é entendido como um espaço de interação que possibilita a apropriação dos sentidos coletivos e a construção de subjetividades, que podem ser perpassadas por um diálogo problematizador acerca das realidades individual e coletiva, propiciando uma tomada de consciência e transformação do contexto social.

Dessa maneira, o modelo de atuação se baseia na perspectiva comunitária, que se diferencia dos modelos de atuação assistenciais e técnicos, voltados para intervenções pontuais e sem proposta de transformação concreta da realidade. Segundo <u>Góis (2008)</u>, a atuação em Psicologia Comunitária é constituída por etapas, a saber: inserção na Comunidade; aprofundamento do processo de inserção com o fortalecimento de grupos comunitários; automanutenção do processo de desenvolvimento da comunidade com fortalecimento de lideranças, manutenção e avaliação das atividades comunitárias desenvolvidas; a continuidade e a ampliação do processo de desenvolvimento com a definição de novas necessidades, ampliação do campo comunitário e integração com outras comunidades; o desligamento progressivo no fim da atuação, com avaliação conjunta das ações desenvolvidas.

Para <u>Araújo (1999)</u>, o movimento de inserção na comunidade trata-se de uma perspectiva dialética de se inserir dentro do contexto comunitário; participar das atividades e peculiaridades do modo de vida; e apreender seus significados. Assim, há a realização de inserção, de construção de vínculos, de reflexão e de problematização da realidade baseados no método de análise e vivência da comunidade. Essa proposta metodológica se estrutura a partir de duas dimensões: a analítica e a vivencial. "A dimensão analítica do método dialógico-vivencial se dá a partir da análise semiótica dos significados compartilhados e construídos localmente que permitem analisar as formas de interações entre os sujeitos e a realidade em um grupo social" (REBOUÇAS JR, XIMENES, 2010, p. 158). Já, na dimensão vivencial, objetiva-se compartilhar a vida comunitária, os sentidos e os sentimentos dos vários atores da comunidade, oportunizando um contato afetivo entre







agente externo e morador, potencializando, assim, a intervenção. O movimento de aproximação da realidade e a reflexão sobre a prática são fatores fundamentais para a efetivação de atuações comunitárias, possibilitando uma compreensão mais abrangente das potencialidades e limites da atuação (ALMEIDA; LACERDA, 2012).

Analisando e vivenciando a atividade, chegaremos a conhecer não só o processo social e econômico do lugar, como também (e para o Psicólogo é o principal) o que pensam os moradores, o que sentem e o que fazem no dia-a-dia com relação a si mesmos e aos outros. Desse modo, podemos compreender as condições externas e internas que fazem ou que impedem o morador de se desenvolver como sujeito de sua própria história e da história de sua comunidade (GÓIS, 2005, p. 90).

Assim, é necessária, para realização desse método, uma inserção efetiva e afetiva nas comunidades, construindo relações dialógicas com os moradores; vivenciando aquela realidade num movimento constante de imersão e afastamento para refletir sobre as práticas e os processos de facilitação; objetivando sempre construir atuações que se dirijam realmente para a quebra de realidades cristalizadas e no sentido da libertação das amarras que oprimem o potencial de transformação da população.

No entanto, há alguns fatores que podem se tornar obstáculos para desenvolvimento de uma atuação em prol da transformação social: a falta de financiamento; as comunidades que não aderem às propostas de atuação; e a própria condição de agente externo (XIMENES; NEPOMUCENO; MOREIRA, 2008). Outro desafio às práticas promotoras de autonomia é a dificuldade de articulação dos moradores. Além disso, o contexto rural nordestino, onde ocorreu a experiência neste trabalho, é marcado muitas vezes por práticas assistencialistas por parte do poder público, que mascaram as reais necessidades da população e potencializam ações clientelistas dos políticos locais. Tais práticas solidificam a cultura de submissão e resignação, pondo obstáculos à emergência dos sujeitos comunitários enquanto atores transformadores e responsáveis por sua comunidade.

Não obstante as dificuldades, o método da Psicologia Comunitária se caracteriza por ser dinâmico e ativo (MONTERO, 2006), no sentido de que se transforma na medida em que o seu objeto também se transforma. O método é, então, aberto às mudanças que ocorrem nas intervenções e investigações no trabalho nas comunidades, pois lida com problemas não estruturados e busca a construção compartilhada dos conhecimentos.

Atividade comunitária – um caminho para o desenvolvimento comunitário

Sob nossa ótica, a atividade, em Psicologia Comunitária, é um processo que pode designar o desenvolvimento comunitário aliado a um processo de conscientização de seus moradores. De acordo com <u>Góis (2005)</u>, designar que uma atividade é comunitária está para além do lócus em que esta ocorre. A atividade comunitária acontece em certo contexto cultural, em que estão envolvidos tanto os costumes e o cotidiano da comunidade como a sociedade em geral. Constitui-se por duas dimensões, uma







instrumental e outra comunicativa. A primeira abrange a utilização de instrumentos, simples e/ou complexos, para a esfera objetiva do processo de transformação, enquanto a segunda compreende o diálogo realizado pelos participantes da atividade, bem como sua afetividade.

Dessa maneira, o ser humano é capaz de realizar operações complexas que o diferencia dos demais seres do reino animal. Uma importante questão da perspectiva histórico cultural que embasa a Psicologia Comunitária (XIMENES; BARROS, 2009) é o que humaniza o homem, o que o torna diferenciado mesmo que utilize os mesmos recursos que outros animais para resolver determinados problemas. Para Leontiev (1978), foi o trabalho quem concedeu ao homem o seu diferencial, proporcionando o surgimento da sociedade e da própria consciência humana. A vivência em coletividade levou os homens a realizarem ações em cooperação a fim de suprir suas necessidades, ainda que tais ações isoladas fossem de encontro às suas motivações.

É por meio do trabalho que a consciência e a linguagem se desenvolvem, de modo que "[...] as particularidades do psiquismo humano dependem do caráter geral da consciência, ele próprio determinado pelas condições da vida real do homem" (LEONTIEV, 1978, p. 146). A atividade humana, então, é considerada como um trabalho constituído por planejamento anterior à ação e dotado de motivações por parte de seu executante. Destarte, quando se trata de atividade, refere-se a um processo em que o homem age sobre o meio em que se encontra, transformando-o, mas também transforma a si mesmo, a leitura de mundo que possui, desenvolve suas funções superiores.

A atividade comunitária, então, refere-se a uma transformação objetiva da realidade, como por exemplo, a construção de um prédio em um mutirão, mas também a um nível subjetivo da atividade – as várias perspectivas da ação que seus agentes lhe concedem; os sentimentos que circulam entre as pessoas envolvidas; e as emoções que são despertadas quando na execução do projeto. A atividade comunitária orienta-se para fins coletivos, bem como para os motivos dos indivíduos. O morador que se envolve em uma atividade comunitária está participando de um processo de transformação do seu lugar, mas também está enredado em desenvolvimento pessoal, respondendo a uma demanda própria. Constrói-se, dessa forma, uma ética comunitária, que supera a dicotomia entre o individual e o social (GÓIS, 2005).

Em um contexto de opressão e pobreza múltipla, em que o indivíduo é desqualificado enquanto sujeito de sua realidade, a nosso ver, é evidenciado como foco da atuação as possibilidades de fortalecimento dos moradores e o desenvolvimento comunitário. De acordo com Leontiev (1978) e Vygotsky (2004), os processos ocorrem inicialmente em uma dimensão interpsicológica, para posteriormente se darem intrapsicologicamente, ou seja, para que o indivíduo seja autônomo e aja voluntariamente, é necessário que tenha anteriormente entrado em contato com experiências nesse sentido. Portanto, a nosso ver, a atuação de agentes externos é importante e justificável enquanto iniciativa que promove atividade coletiva, balizada pelo diálogo e a cooperação, em uma facilitação que propicie aos moradores participação horizontal. Há, dessa maneira, o incentivo aos moradores a prosseguirem com estes processos ainda que não contem com a presença dos facilitadores, em atuação diferenciada da assistencialista e



Revista Ciência em Extensão



da tecnicista. Conforme <u>Favero e Eidelwein (2004)</u>, o agente externo tem a possibilidade de afastar-se da problemática para analisar a situação em sua complexidade e com o olhar diferenciado que seu aporte teórico e metodológico e sua condição de não morador proporcionam, baseando no método de análise e vivência da dinâmica comunitária.

Esse método, então, tem como objetivo também a valorização do saber popular, porque geralmente o saber científico ainda é considerado superior às demais formas de instrução. Esta desvalorização do saber popular pode intimidar os moradores a não se expressarem diante de pessoas que supõem ser, em algum grau, superiores, por possuírem maior nível de educação formal. Ou ainda a comunicação entre agentes internos e externos pode ser dificultada por possuírem diferentes linguagens. Trata-se de dificuldades para as quais o facilitador deve estar atento e que podem ser evitadas por meio de um bom processo de inserção, em que ele esteja disponível para conhecer os significados compartilhados pelos moradores e seus sentidos. Esta forma de estar presente na comunidade é essencial para que conheça a rede à qual a sua proposta deve estar conectada, visto que, para que uma atividade comunitária ocorra, é necessário estar ligada à cultura local.

O modo de construção da atividade é basal para que os moradores se tornem sujeitos autônomos. Apoiar a participação da comunidade inteira na tomada de decisões compõe a cidadania (MONTERO, 2010). A Atividade comunitária, então, privilegia o diálogo, a horizontalidade e a participação de todos os moradores, promovendo a liberdade de pensamento e de expressão e propiciando a conscientização. Deste modo, ainda que um planejamento de atividades seja necessário na facilitação psicossocial, não deve ser realizado sem significativa participação dos moradores da comunidade. Interessa que eles indiquem quais são as problemáticas que lhe são pertinentes, os potenciais a serem desenvolvidos, as ações que estão em andamento. Como afirma Vieira (2008), os agentes externos devem fortalecer as atividades que já existem na comunidade, estimulando e acolhendo a participação. Assim, é apresentado o festejo junino como processo de realização da atividade comunitária no interior do Estado do Ceará, a partir do desenvolvimento de um Projeto de Extensão.

Vivência no projeto de extensão em psicologia comunitária

A extensão universitária, sob nossa ótica, é ressignificada e planejada para além de uma mera extensão dos saberes acadêmicos à sociedade. A extensão que se procura desenvolver, segundo Ximenes, Nepomuceno e Moreira (2008), busca articulação com as questões concretas da realidade, negando a proposta de neutralidade científica e assumindo para si uma atuação dialógica. Tem como objetivo o desenvolvimento pessoal imbricado à transformação social da realidade nordestina e brasileira. Esse modelo de extensão é calcado no diálogo entre saber acadêmico e saber popular, em uma compreensão de que ambos têm validade e capacidade de contribuir para uma síntese que leve ao desenvolvimento positivo dos indivíduos envolvidos no processo, bem como do coletivo como um todo.







O Projeto de Extensão desenvolvido nessa comunidade do Ceará, cujas atividades iniciaram-se no ano de 2008, tem por foco contribuir com o desenvolvimento comunitário a partir do fortalecimento de formas participativas e cooperativas de trabalho, visando o desenvolvimento socioeconômico local e humano de seus moradores. Esse projeto foi também desenvolvido a partir da parceria com outro projeto de extensão da mesma Instituição Superior Pública de Ensino. Esse parceiro tem como principal objetivo incentivar, apoiar e criar oportunidades para que crianças, jovens e adultos do sertão do Ceará possam investir em seus estudos, concluir o ensino básico e ingressar na universidade através de metodologias da Aprendizagem Cooperativa (PRECE, 2012). Ele atua na região do Médio Curu (Sertão do Ceará) por meio de uma rede de Escolas Populares Cooperativas (EPC's), que atuam nas pequenas comunidades da região por meio do trabalho de universitários que ingressaram no ensino superior através dos estudos em células cooperativas. Na comunidade onde ocorreu este trabalho, foi estabelecida uma parceria específica com a EPC da região. A parceria proporcionou a formação de um grupo de jovens da comunidade com o objetivo de facilitar o desenvolvimento comunitário a partir da problematização da realidade local.

Este artigo faz um recorte das atividades ocorridas no primeiro semestre do ano 2011. Nesse período, o projeto encontrava-se em fase de ampliação e definição de novas estratégias de desenvolvimento comunitário. A equipe desse projeto de Extensão em Psicologia Comunitária tinha a periodicidade de ida à comunidade de dois finais de semana por mês. Houve também a realização da facilitação de um grupo com alguns jovens da comunidade, utilizando metodologias participativas e dialógicas tais como os Círculos de Cultura (FREIRE, 1980), vivências em Biodança (GÓIS, 2002) e dinâmicas de interação grupal (GÓIS, 2008). Paralelamente, caminhadas comunitárias e visitas domiciliares eram utilizadas como ferramentas de apropriação do espaço e o reconhecimento e vivência da dinâmica comunitária por parte dos agentes externos.

As atividades foram desenvolvidas em uma comunidade, que pertence a um município situado no estado do Ceará, a 144 km da capital, Fortaleza. Essa comunidade está localizada na Região do Médio Curú no sertão do estado. O Médio Curu é constituído de cinco municípios: Apuiarés, General Sampaio, Pentecoste, São Luís do Curu e Tejuçuoca. Os municípios de Apuiarés, General Sampaio e Pentecoste possuem, juntos, 55.543 habitantes (IBGE, 2011), o que corresponde a 65% da população total da Região do Médio Curú. Registram alta incidência de pobreza, com percentuais acima de 55,17%, sendo a cidade de Apuiarés a que possui maior índice de pobreza subjetiva (67,65%).

A área rural do Brasil também é concebida como um dos contextos pobres do país, pois, segundo Economia BBC Brasil (2012), quase 50% dos pobres estão inseridos nessa área; e, de acordo com Leal (2011), aproximadamente 5,7 milhões de extremamente pobres, ou seja, aqueles que têm renda per capita até R\$ 70 reais por mês também estão no campo. Albuquerque (2002) concebe que a manutenção dessa pobreza está envolvida com o processo de consolidação de um *status quo* opressor, abrangendo igualmente a má qualidade dos serviços de saúde, de educação e de justiça na área rural.

Além desses critérios objetivos e monetários, a pobreza desencadeia repercussões psicológicas específicas no indivíduo pobre. Segundo <u>Cidade, Moura Jr. e Ximenes</u>



Revista Ciência em Extensão



(2012), o pobre é envolvido por mecanismos ideológicos e simbólicos opressores que enfraquecem suas potencialidades e suas capacidades de enfrentamento. Zavaleta (2007) confirma essa perspectiva assinalando que a pobreza é portadora de um estigma depreciativo que traz os sentimentos de humilhação e de vergonha àqueles que a portam.

A essa perspectiva macrossocial opressora são acrescentadas características específicas da zona rural. Primeiramente, segundo <u>Albuquerque (2001)</u>, o próprio significado da palavra "rural" está envolvido de referências depreciativas, abrangendo até o desenvolvimento de políticas públicas. Isso ocorre porque o meio rural, geralmente, é alvo de esquecimento dos gestores na construção de planejamentos estatais com foco nas melhorias das comunidades localizadas nessa área. Com isso, o contexto urbano torna-se ainda mais desejado. De acordo com o Censo 2010 realizado pelo <u>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (2011)</u>, aproximadamente 2 milhões de pessoas realizaram êxodo rural nos últimos 10 anos.

Segundo Leontiev (1978), "[...] os homens que constituem a massa da população, em particular da população rural, têm de contentar-se com o mínimo de desenvolvimento cultural necessário à produção de riquezas materiais no limite das funções que lhe são destinadas" (p. 294). Por esta discrepância no acesso à cultura, e ainda pela crescente desvalorização dos costumes locais, que incitam a população a copiar estilos de vida que não estão em consonância com sua realidade, a promoção de uma Festa de São João mostrou-se uma atividade com potencial para o fortalecimento da identidade dos moradores e de suas raízes, igualmente como estratégia de libertação de enfrentamento das práticas opressoras e depreciadoras.

Uma ética de libertação reflete-se na luta contra relações autoritárias de dominação do "outro", de exclusão do "outro" em prol dos interesses de "um" que domina a relação. E exclusão, aqui, significa a negação do direito e autonomia do outro de reproduzir, fazer e construir a vida, onde a vida passa a ser definida e construída "para" esse "outro", de acordo com a vontade de "um" (NEPOMUCENO et al., 2008, p. 46).

Experiência da festa de São João como uma atividade comunitária

"Havia balões no ar, xote, baião no salão" Luiz Gonzaga (1951)

Os festejos juninos são tradicionais da região Nordeste do Brasil. Surgiram como celebrações em homenagem a santos católicos, a saber: São Pedro, Santo Antônio e São João. Trata-se de festas coloridas e alegres, que remetem ao modo de vida das pessoas do interior. Contam com brincadeiras de pular fogueira, decoração específica, montada como balões e bandeirinhas, comidas nordestinas, sendo muitas delas à base de milho – o período das comemorações, nos meses de Junho, coincide com a colheita do milho. Há também o ritmo característico da região, o forró, e um tipo de dança que tem influência francesa, mas que é emblemática da festa junina: a quadrilha.

É observado, assim, em uma perspectiva macrossocial, que esse evento faz parte da identidade cultural da região, estabelecendo-se como uma tradição nas comunidades,



Revista Ciência em Extensão



em que os próprios moradores desempenham ações de organização e de realização do festejo junino. Martín Baró (1998) evidencia que o resgate da cultura compartilhada pela população oprimida é uma das vias para a superação do imediatismo, pois a partir do resgaste da memória pessoal e coletiva é possível dar-se conta de suas raízes históricas e dos feitos que contribuem para a caracterização da sua realidade cotidiana e atuam na constituição de sua identidade. Esta conscientização histórica permite o olhar crítico da realidade, a transformação do caráter opressivo desta a partir da ação coletiva em prol do bem estar de seus pares.

Durante o desenvolvimento do projeto de extensão no ano de 2011, foi percebida a vontade de realizar um festejo junino por parte das pessoas da comunidade. Essa compreensão foi observada a partir da análise e vivência da dinâmica comunitária, pois, segundo Rebouças Jr. e Ximenes (2010), esse método fornece a possibilidade de uma maior compreensão dos sentidos, significados e sentimentos que permeiam a realidade comunitária. Assim, foi observado que havia diferentes grupos que organizavam festas de São João na comunidade. No entanto, analisou-se que a realização desse festejo era restrito somente a determinados grupos que estavam organizando o evento, sem a apropriação dos moradores como um todo.

Deste modo, a Escola Popular Cooperativa realizava sua própria festa junina, assim como a Escola de Ensino Fundamental Nely Ribeiro Luz, a única escola de ensino fundamental da comunidade, que realizava o festejo através de incentivos financeiros provenientes da Prefeitura de Apuiarés. Com isso, a nosso ver, a tradição comunitária estava se descaracterizando ao distanciar-se da iniciativa e atuação coletiva unificada, ao fragmentar-se entre alguns segmentos da comunidade que a organizavam. Vieira (2008) estabelece que a participação popular é uma via de desenvolvimento comunitário e de fortalecimento das pessoas. No entanto, o festejo junino estava se configurando em uma prática particular e individualista, enfraquecendo-se como via de fomento da participação dos moradores da comunidade.

Góis (2008) concebe que é exatamente essa a realidade opressora latino americana, representada pela Ideologia de Submissão e de Resignação, na qual o regime político proveniente desta tende a adaptar os modos de vida comunitários e as modelo de práticas, de crenças e de valores individualistas, subjetividades a um desagregativo comunitário e anômicos. Em uma determinada situação de campo, vivenciada durante as atividades do projeto de extensão, o presidente da Associação Comunitária dos Agricultores da Comunidade contou como os festejos juninos eram tradicionais na comunidade e o quanto era de seu interesse retomar os moldes antigos de organização do evento, no qual uma única festa era realizada, contando com a participação de todos os moradores que se dispusessem a organizá-la. Observou-se que havia também na comunidade o desejo de que os jovens estivessem envolvidos em uma atividade que os motivassem e que fosse montada uma quadrilha que pudesse representar a comunidade, fazendo apresentações nos festivais juninos das demais comunidades do município. Diante desse cenário, percebeu-se que a equipe de extensionistas poderia contribuir para facilitar o diálogo entre os interessados na construção dessa festa, enquanto evento de toda a comunidade.



Revista Ciência em Extensão



É interessante ressaltar que o presidente da Associação, também visto como líder comunitário, possuía uma percepção histórica dos rumos que os festejos juninos estavam tomando na comunidade, demonstrando uma postura questionadora e transformadora frente a eles. Dessa maneira, essa liderança comunitária estava se apropriando do caráter histórico de uma identidade coletiva da comunidade. Para Martín Baró (1998), essa orientação é fundamental para a construção de um processo de transformação da realidade, assim como o envolvimento de um grupo de indivíduos em uma atuação com um fim coletivo. Assim, como forma de almejar esse objetivo, foram estabelecidas parcerias entre a Escola de Ensino Fundamental Nely Ribeiro Luz, a Escola Popular Cooperativa, a Associação Comunitária de Agricultores e os extensionistas do Projeto de Extensão.

Esse processo pode ser abordado como indicativo da estruturação do festejo junino como atividade comunitária, porque, segundo <u>Góis (2005)</u>, a atividade comunitária é manifestada a partir de uma ação coletiva com um fim comum, desejado individualmente pelos moradores e planejado coletivamente como um avanço para a dinâmica comunitária. Além disso, é uma atividade com características específicas em duas dimensões. Na dimensão comunicativa, a qual estava permeada por posturas dialógicas, horizontais, amorosas e cooperativas, foram realizadas reuniões para discussão, planejamento e execução do evento. Esses encontros eram feitos quinzenalmente entre os parceiros. Foi feito nesses espaços o resgate histórico das tradições, explicitação dos objetivos em comum entre os parceiros, assim como discussões práticas sobre atribuição de responsabilidades e escolha do ambiente ideal, eram os temas principais dessas reuniões. Essas interações sociais, então, também tinham como foco a problematização da realidade nas bases propostas por <u>Montero (2006)</u> em que era disparada uma atitude afetiva e questionadora, propiciando, assim, o processo de aprofundamento de consciência.

Segundo Freire (1980), a conscientização é realizada a partir da apropriação crítica da realidade em que o conhecimento sobre o mundo é ampliado. Juntamente com essa expansão, é manifestada uma maior ação dos moradores sobre sua dinâmica comunitária, fundando o caráter instrumental da atividade comunitária. Dessa maneira, os moradores realizaram ações concretas para a consolidação do evento. Foram feitas visitas pelos moradores e extensionistas para divulgação do evento e para sensibilização da comunidade acerca da sua importância. Nesses encontros, foi compartilhada a ideia de promover o festejo, convidando as pessoas a participarem (de sua organização e de sua comemoração) e foi igualmente percebido que as pessoas do lugar tinham grande apreço pela festa. Assim, aconteceram mais encontros em que estavam presentes representantes de todos os grupos, EPC Canafístula, escola municipal, Associação de Agricultores e moradores da comunidade.

Durante essas reuniões, os extensionistas buscaram dialogar e problematizar a importância do festejo e da participação de todos, construindo um festejo em que a maioria dos moradores pudesse se identificar. Nestes encontros de organização, que duraram aproximadamente dois meses e meio, também foram tratadas questões sobre o caráter da festa: se haveria competição; se apenas os melhores dançarinos poderiam







participar; se grupos de outras comunidades poderiam ser convidados. Por fim, foi decidido que todas as quadrilhas que se despusessem a se apresentar teriam espaço e que seria montada uma quadrilha improvisada no dia da festa. A competição foi compreendida como uma forma de desvalorizar a participação de parte das pessoas, não sendo realizada.

Esses encontros organizativos foram baseados na construção de um espaço democrático e afetuoso de expressão de opiniões e de sentimentos, valorizando e problematizando criticamente as falas emitidas. Vygostsky (2004) afirma que a comunicação proporcionada pela fala faz ocorrer o movimento de consciência. Para nós, percebeu-se que esse movimento de consciência, caso seja feita de forma amorosa, crítica, acolhedora e problematizadora, é promotora do processo de conscientização.

Os encontros organizativos não tinham uma data fixa, ficando a cargo da disponibilidade dos agentes externos, que estavam na cidade apenas quinzenalmente e aos fins de semana e a disposição dos moradores, mediante as demandas da organização da festa, de modo que o grupo de moradores que compunha a reunião era, salvo raras exceções, fixo. Os extensionistas somente estavam efetivamente na comunidade quinzenalmente. Durante os períodos entre idas a campo, foram utilizadas mídias sociais para eventuais comunicações, auxiliando no estreitamento da relação entre os parceiros. No dia de realização do festejo, os parceiros institucionais e os moradores interessados em participar estiveram presentes na organização do evento.

A festa junina contou com a participação dos jovens e dos pequenos empreendedores da comunidade para suprir a demanda de alimentos da festa. Algumas comidas típicas foram feitas pelos próprios jovens da EPC, ou de seus parentes, revelando o caráter coletivo na organização como espaço de desenvolvimento comunitário. A divulgação foi feita principalmente pelos alunos da EPC, de modo informal ou a partir de visitas domiciliares, panfletos foram confeccionados e distribuídos pela comunidade. O festejo aconteceu na quadra de esportes da Escola de Ensino Fundamental Nely Ribeiro Luz. A decoração do espaço foi realizada principalmente por membros da escola e da EPC. Segundo Ximenes et al. (2008), o desenvolvimento comunitário ocorre a partir do estabelecimento de atitudes cooperativas e de diferentes formas de participação social na comunidade, podendo acarretar igualmente o desenvolvimento local da região no tocante aos aspectos econômicos, solidários e políticos. Igualmente, o sentimento de pertença à comunidade é fortalecido, ou seja, os aspectos positivos da comunidade são evidenciados pelos seus moradores.

Assim, a escola municipal formou três quadrilhas entre seus estudantes, e também forneceu o espaço da sua quadra esportiva para a realização do evento. A EPC também formou uma quadrilha, da qual participou a equipe de extensionistas. É importante salientar que os extensionistas participaram de todo o processo de diferentes formas, pois havia a necessidade de vivenciar a realidade da comunidade para promover seu desenvolvimento. Montero (2006) afirma que é necessário a realização de ações em que os agentes externos estejam envolvidos, vinculando-se e sendo referência de apoio na comunidade. Góis (2005) pontua que o estabelecimento de relações de amizade é uma consequência do trabalho em Psicologia Comunitária.







Foi organizado também um espaço com comidas típicas e um bingo de um carneiro. O lucro obtido com as vendas da festa foi revertido para pagar as despesas do próprio evento e para as economias da EPC, que o utilizou para pagamentos de dívidas do próprio prédio, como a conta de energia elétrica. O evento contou com a presença de aproximadamente 150 pessoas. Crianças, jovens, adultos e idosos da comunidade participaram da festa e pareciam estarem contentes com as quadrilhas e com uma pequena encenação de teatro feita pela quadrilha da EPC.

Isto posto, é possível caracterizar o festejo como atividade comunitária, pois constituiu-se como uma ação coletiva orientada, ao mesmo tempo com objetivos específicos a partir da realização de uma festa junina tradicional, como também, voltada para as necessidades de fortalecimento da identidade comunitária por meio do resgate de seus antigos costumes e tradições. De acordo com o conceito de atividade comunitária (GÓIS, 2005), foi identificado que os espaços de discussão como a escola, a EPC e mesmo a tecnologia das redes sociais, assim como os instrumentos usados na infraestrutura e todos os outros processos administrativos para que o evento ocorresse encontram-se na dimensão instrumental desta atividade. É importante salientar que a dimensão comunicativa fez parte de todo o processo, incidindo em posturas dialógicas e cooperativas na realização do âmbito instrumental da atividade comunitária, fundamentando, assim, a valorização da cultura local, o movimento de fortalecimento da comunidade e o fomento da autonomia e da cooperação.

Os espaços de convivência foram criados entre os moradores durante o processo de estruturação do evento, proporcionando exercícios de reconhecimento mútuo e das próprias potencialidades, identificação com o grupo pelos objetivos em comum, a própria organização do evento e valorização pessoal que era dada a partir das propostas singulares em cada um dos momentos de resoluções de entraves durante a criação do projeto da festa. E após a realização do festejo, um grupo de jovens da comunidade decidiu refletir junto sobre os problemas da comunidade, desenvolvendo ações voltadas para o desenvolvimento comunitário e focando na melhoria da qualidade de vida dos moradores. O grupo, então, adquiriu forma e nome, passando a se chamar Baluartes. Uma das primeiras atividades nas quais o grupo recém-formado se engajou foi na revitalização do time de futebol da comunidade, que estava paralisado, pois eles compreendiam que os pequenos campeonatos que ocorriam nos fins de semana eram eventos comunitários importantes para a convivência na comunidade, e o time a própria representação da unidade do grupo de Canafístula.

Pode-se analisar que um movimento de fortalecimento e de libertação teve repercussão depois da realização da atividade comunitária, como o festejo junino, desvelando a realidade a partir do processo de aprofundamento de consciência, consolidando relações afetivas por meio de interações sociais dialógicas, cooperativas e amorosas e propiciando a capacidade de ação na realidade através de um movimento coletivo e crítico sobre a dinâmica comunitária. Ximenes e Góis (2010) afirmam que esse movimento libertário tem como foco a libertação das forças opressoras, que anulam as potencialidades da população oprimida, pelos próprios moradores. Esses passam a perceber-se como promotores de mudança, segundo Martín Baró (1998), sentindo e



Revista Ciência em Extensão



sendo capazes de serem agentes da transformação da realidade. A nosso ver, pode ser compreendido, então, que estes jovens, percebendo-se como potentes e capazes de agir e transformar a dinâmica de sua comunidade, sentiram-se mais fortalecidos enquanto sujeitos, incentivando a atuação sobre outros aspectos da comunidade, por meio de um grupo, a partir de um reconhecimento coletivo de pessoas que moram no mesmo povoado, vivenciando realidades semelhantes e estando comprometidos com a transformação e a apropriação de seu espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atividade comunitária pode ser promotora de movimentos de libertação, repercutindo no desenvolvimento comunitário, no fortalecimento da identidade pessoal e cultural, na autonomia e na ação sobre a realidade. Ela tem que ser desenvolvida com foco em ações concretas e coletivas promotoras de mudanças reais na comunidade, como o festejo junino. No entanto, essas ações que se baseiam no âmbito instrumental da atividade comunitária têm que serem estabelecidas a partir de posturas horizontais, dialógicas e amorosas. Dessa maneira, o extensionista é intimado a vivenciar o máximo possível a realidade comunitária, pois somente dessa maneira serão construídas relações, posturas e experiências juntos aos moradores que possam contribuir com o desenvolvimento comunitário.

Igualmente, o resgate da cultura local também foi imprescindível para realização da atividade comunitária, pois o fortalecimento da identidade cultural pelo festejo junino foi a base para identificação de um objetivo comum entre os moradores, como também o alicerce para o processo de aprofundamento de consciência e para consolidação de vínculos afetivos entre as pessoas envolvidas no processo. O caráter aberto e processual dessa atividade comunitária, por fim, auxiliou para ela se constituir como um movimento de libertação, porque estava voltada para inovação, para criatividade e para um fim comum, proporcionando até o surgimento espontâneo de um grupo de moradores voltados para um maior caráter interventivo na sua comunidade.

REFERÊNCIAS

<u>ALBUQUERQUE</u>, F. J. B. Aproximación metodológica desde la psicología social a la investgación en las zonas rurales. **Estudios Agrociales y Pesqueros**, Madrid, v. 191, n. 1, p. 225-233, 2001.

<u>ALBUQUERQUE, F. J. B.</u> Psicologia social e formas de vida rural no Brasil. **Psicologia:** Teoria e Pesquisa, Brasília, DF, v. 18, n. 3, p. 37-42, 2002.

<u>ALMEIDA, A. B.; LACERDA, D. A. L.</u> Extensão universitária na formação de um grupo de gestantes. **Revista Ciência em Extensão**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 152-160, 2012.



Revista Ciência em Extensão



ANSARA, S.; DANTAS, B. S. A. Intervenções psicossociais na comunidade: desafios e práticas. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 95-103, 2010.

ARAÚJO, R. C. Processo de inserção em Psicologia Comunitária: ultrapassando o nível dos papéis. In: BRANDÃO, I. R.; BOMFIN, Z. A. C. (Org.). **Os Jardins da Psicologia Comunitária**. Fortaleza: Pró-Reitoria de Extensão UFC e Abrapso, 1999. p. 79-96.

BBC BRASIL. Brasil é segundo país mais desigual do G20, aponta estudo. Jan, 2012. Disponível em:

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/01/120118_desigualdade_pesquisa.shtml >. Acesso em: 12 mar. 2012.

<u>CIDADE, E. C.; MOURA JR., J. F.; XIMENES, V. M.</u> Implicações psicológicas da pobreza na vida do povo latino-americano. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 30, n. 68, p. 87-98, 2012.

<u>FAVERO, E.; EIDELWEIN, K.</u> Psicologia e cooperativismo solidário: possíveis (des)encontros. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, p. 35-40, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n3/a05v16n3.pdf >. Acesso em: 17 jan. 2012.

FREIRE, P. Conscientização. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GÓIS, C. W. L. Biodança: identidade e vivência. Fortaleza: Instituto Paulo Freire, 2002.

<u>GÓIS, C. W. L</u>. **Psicologia comunitária:** atividade e consciência. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.

GÓIS, C. W. L. Saúde comunitária: pensar e fazer. São Paulo: HUCITEC, 2008.

GONZAGA, L. Olha pro céu. Rio de Janeiro: SONY & BGM, 1951. CD-ROM.

<u>GUARESCHI, P.</u> Pressupostos epistemológicos implícitos no conceito de libertação. In: LACERDA JR., F.; GUZZO, R. S. L. (Org.). **Psicologia social para América Latina:** o resgate da Psicologia da Libertação. Campinas: Alínea, 2009. p. 49-63.

<u>GUZZO, R. S. L.</u> Da opressão à libertação: uma perspectiva urgente para a psicologia – a conclusão de um projeto, a abertura de perspectivas. In: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JR. F. (Org.). **Psicologia & Sociedade:** interfaces no debate sobre a questão social. Campinas: Alínea, 2010. p. 13-19.







LANE, S. T. M. A Psicologia social e uma nova concepção de homem para a psicologia. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Org.). **Psicologia social**: o homem em movimento. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984. p. 10-19.

<u>LEAL, L. N.</u> Área rural receberá atenção especial do Brasil sem Miséria. **Estadão**, 9 set. 2011. Disponível em: http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,area-rural-recebera-atencao-especial-do-brasil-sem-miseria,770604,0.htm. Acesso em: 12 jun. 2012.

<u>LEONTIEV, A. N</u>. **Desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Horizonte Universitário, 1978.

MARTÍN-BARÓ, I. Psicología de la liberación. Madrid: Trotta, 1998.

MONTERO, M. Introducción a la psicología comunitaria. Buenos Aires: Paidós, 2004.

MONTERO, M. Hacer para transformar: el método en psicología comunitaria. Buenos Aires: Paidós, 2006.

MONTERO, M. Fortalecimiento de la ciudadanía y transformación social: área de encuentro entre la psicología política y la psicología comunitaria. **Psykhe**, Santiago, v. 19, n. 2, p. 51-63, 2010. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-22282010000200006&script=sci arttext>. Acesso em: 18 jan. 2012.

MOURA JR., J. F.; XIMENES, V. M. O poder opressor da pobreza no Brasil e suas consequências no psiquismo humano. Revista Venezolana de Psicología Clínica Comunitaria, 2012. No prelo.

NEPOMUCENO, L. B. et al. Por uma psicologia comunitária como práxis de libertação. **Psico**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 456-464, 2008. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/3532/3836. Acesso em: 20 jan. 2012.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM CÉLULAS COOPERATIVAS. O que é o PRECE? 2012. Disponível em: http://www.prece.ufc.br/>. Acesso em: 10 fev. 2012.

<u>REBOUÇAS JR., F. G.; XIMENES, V. M.</u> Psicologia comunitária e psicologia histórico-cultural: análise e vivência da atividade comunitária pelo método dialógico-vivencial. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 5, n. 2, p. 151-162, 2010.







<u>SAWAIA, B. B.</u> Teoria Laneana: a univocidade radical aliada à dialética-materialista na criação da Psicologia Social Histórico Humana. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 81-89, 2007.

<u>VIEIRA, E.</u> Atividade comunitária e conscientização: uma investigação a partir de modos de participação social. 2008. 124 f. Dissertação (Mestrado)— Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

VYGOTSKY, L. S. Teoria e método em psicologia. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

XIMENES, V. M. et al. Desenvolvimento local e desenvolvimento comunitário: uma visão da psicologia comunitária. In: XIMENES, V. M.; AMARAL, C. E. M.; REBOUÇAS JR., F. G. **Psicologia comunitária e educação popular**: vivências de extensão/cooperação universitária no Ceará. Fortaleza: LC Gráfica e Editora, 2008. p. 98-103.

<u>XIMENES, V. M.; BARROS, J. P. P.</u> Perspectiva histórico-cultural: que contribuições teórico-metodológicas podem dar à práxis do psicólogo comunitário? **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 27, n. 56, p. 65-76, 2009.

XIMENES, V. M.; GÓIS, C. W. L. Psicologia Comunitária: uma práxis libertadora latinoamericana. In: LACERDA JR., F.; GUZZO, R. S. L. (Org.) **Psicologia & sociedade:** interfaces no debate sobre a questão social. Campinas: Alínea, 2010. p. 45-64.

XIMENES, V. M.; NEPOMUCENO, B. B.; MOREIRA, A. E. M. M. Cooperação Universitária: um caminho dialógico, libertador e crítico construído no núcleo de Psicologia Comunitária. In: XIMENES, V. M; AMARAL, E. M; REBOUÇAS JÚNIOR, F. G. (Org.). Psicologia comunitária e educação popular: vivências de extensão/cooperação universitária no Ceará. Fortaleza: LC Gráfica e Editora, 2008. p. 63-87.

ZAVALETA, D. R. Working Paper: the ability to go about without shame: a proposal for internationally comparable indicators. **Oxford Poverty & Human Development Initiative OPHI**, May 2007. Disponível em: http://www.ophi.org.uk/working-paper-number-03/>. Acesso em: 16 set. 2011.